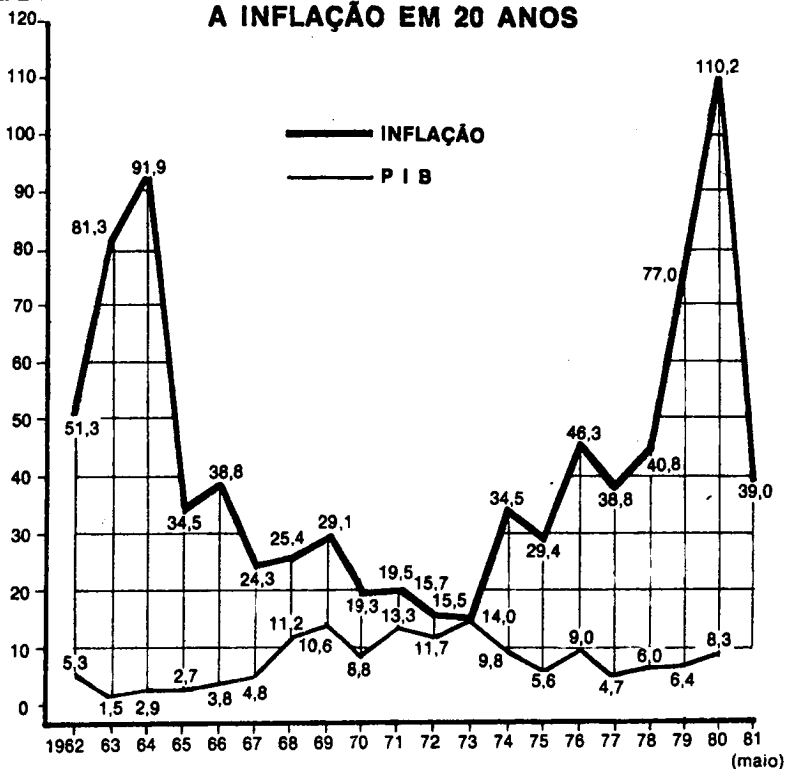


A INFLAÇÃO EM 20 ANOS



A meta mais urgente: reduzir a inflação

O ponto central da política econômica do governo brasileiro tem sido o combate à inflação. E a meta oficial para este exercício é não permitir que a taxa inflacionária chegue novamente aos três dígitos: dos cerca de 120% que corroeram o poder de compra da moeda nacional no ano passado, as autoridades pretendem que a taxa não ultrapasse os 95%.

E há um certo otimismo quanto à consecução desta hipótese, principalmente depois do congelamento pela Opep dos preços internacionais do petróleo.

Embora os combustíveis continuem a ter seus preços majorados internamente, para acompanhar a desvalorização do cruzeiro, os reajustes serão menores. Isto trará repercussões menos nefastas sobre os índices inflacionários e há, também, uma tendência governamental de acreditar na redução dos "fatores psicológicos", tidos como importantes na desvalorização da moeda.

O congelamento da Opep reduz a pressão do item que, pelo menos até aqui, vinha sendo apontado como o mais importante na conformação das taxas de inflação. Os demais, pela ordem, são: a escassez de alimentos; o desequilíbrio orçamentário e os salários, segundo o governo.

Com a perspectiva de uma boa safra de alimentos, as autoridades também pretendem neutralizar a chamada "inflação do chuchu". Isto se daria com a estocagem de alimentos não perecíveis, como a carne, o leite e os grãos. Desta forma, a crônica escassez de alimentos seria reduzida e restaria apenas esperar que os hortigranjeiros — os chamados "vilões inflacionários" — não viessem a causar surpresas desagradáveis na entressafra, quando pressionam com peso significativo os índices de preços.

Quanto ao desequilíbrio das contas públicas — a segunda causa de inflação segundo o governo — ele existe e não é pequeno, mas as autoridades preferem dizer que esses gastos estão sob controle. A verdade, no entanto, é que não têm sido poucas as despesas extra-orçamentárias, sobretudo com a volumosa conta de subsídios que deverá chegar ao final do ano com um saldo entre Cr\$ 700 e 900 bilhões, segundo informação do próprio ministro do Planejamento, Delfim Netto. Como o governo não tem todo este dinheiro no orçamento, terá que emitir moeda para cobrir uma parte, causando inflação.

Os salários, sobre cujo peso inflacionário há sérias dissensões entre os economistas brasileiros, é o item, segundo os especialistas do governo, que maior pressão exerce sobre os índices de preços. Eles dizem que os reajustes semestrais estão acima das taxas de inflação e propõem o aumento do emprego com a redução dos

reajustes, com o que pretendem ter reflexos mais favoráveis na taxa final de inflação, no segundo semestre deste ano.

Os economistas do Instituto de Pesquisas da USP, em geral, também acham que haverá um pequeno decréscimo da taxa inflacionária, resultante das medidas de contenção tomadas há vários meses pelo governo, como o controle da oferta de moeda e do crédito e a tentativa de controle dos gastos estatais. O economista André Franco Montoro Filho acha que certos dados da conjuntura, como a redução da pressão dos preços do petróleo e a boa safra agrícola, vão ajudar muito a reduzir a inflação, mas também pensa que os mesmos resultados poderiam ser conseguidos com um custo social mais baixo. Isto se conseguiria, segundo ele, fazendo-se a compatibilização dos diversos interesses da economia nacional:

— Os dados de desemprego e queda da produção são alarmantes, hoje, no País — diz Montoro —, e para evitá-los seria melhor que se determinasse, através da participação de todos os segmentos sociais, quais os setores que deveriam manter-se em crescimento;

— Com isso — continua — abordariamos a questão do balanço de pagamentos de uma outra forma: cresceriam menos os setores que dependessem de importação, e mais os da produção de alimentos, a agricultura, os têxteis, calçados, etc.

Para André Franco Montoro Filho, uma das causas básicas do déficit do balanço de pagamentos e da inflação são os grandes empreendimentos estatais, como a Ferrovia do Aço, Itaipu, as usinas nucleares, que exigem grande imobilização financeira.

— A megalomania das grandes obras é a grande responsável pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos, pela inflação e pelo desemprego — acrescenta — e a justificativa de que os preços do petróleo são sua causa fundamental não é correta. Tanto que a crise do petróleo se desenhava antes de 1973 e hoje, dez anos depois, o Brasil ainda não definiu a forma de enfrentá-la.

Entre os colegas de André Franco Montoro Filho, na USP, está na moda um jogo: a partir de seus estudos, cada um dele compra cotas da faixa de inflação que, em sua opinião, será a mais provável no fim do exercício. No fim, ganha quem tiver se aproximado mais da taxa que ocorrerá. E até no jogo eles parecem confirmar sua média de opinião sobre o peso do petróleo na inflação. Tanto que até maio, e apesar do congelamento dos preços da OPEP, a média de opinião apontava uma taxa em torno de 110%, acima dos fatais três dígitos que tanto assustam o governo.